



CONGRESSO NACIONAL

Gabinete do Senador Rodrigo Cunha

EMENDA Nº - CMMPV 1199/2023
(à MPV 1199/2023)

Acrescente-se, onde couber, na Medida Provisória o seguinte artigo:

“**Art.** Dê-se ao art. 35, da Lei nº 14.690, de 3 de outubro de 2023, a seguinte redação: **Art. 35.** Poderão ser objeto de quitação por meio da plataforma digital do Programa de que trata o inciso II do caput do art. 11 desta Lei, até 31 de março de 2024, na forma estabelecida em regulamento, as dívidas inscritas em cadastro de inadimplentes:

I – de pessoas físicas que não se enquadrem no Desenrola Brasil – Faixas 1 e 2;

II – de pessoas jurídicas, na condição de microempreendedores individuais, de que trata o art. 18-A ou art. 18-F da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006; ou

III – de pessoas jurídicas, enquadradas como microempresas ou empresas de pequeno porte, de que trata o art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

§ 1º As renegociações previstas para o inciso I do caput deste artigo poderão ser realizadas livremente entre devedores e credores ou entre devedores e agentes financeiros e poderão ser pagas com recursos próprios ou por meio da contratação de operação de crédito com agente financeiro inscrito na plataforma da entidade operadora, sem a garantia do FGO a que se refere o art. 9º desta Lei.

§ 2º Para os devedores a que se referem os incisos II e III, as renegociações poderão ser realizadas observado, no que couber, o disposto no art. 6º desta Lei, para o Desenrola Brasil - Faixa 1 e no art. 16 desta Lei para o Desenrola Brasil - Faixa 2, com a garantia do FGO prevista nos artigos 9º e 10 desta Lei.”



Fonte: <https://www.serasaexperian.com.br/conteudos/indicadores-economicos/> “Inadimplência das Empresas” – base junho/2023 Contempla a totalidade de empresas brasileiras que estão em inadimplência. São empresas com pelo menos um compromisso vencido e não pago.

Para o MEI, exclusivamente, o saldo das operações de crédito do MEI - PJ em dezembro de 2022 era de cerca de R\$ 21 bilhões e desse total, 8,5% estavam inadimplentes, isto é, R\$ 1,8 bi, segundo dados do Banco Central. Para o MEI que contratou como PF, o saldo em dez/2022 era de 127,3 bilhões de crédito contratado, com taxa de inadimplência de 5,9%.

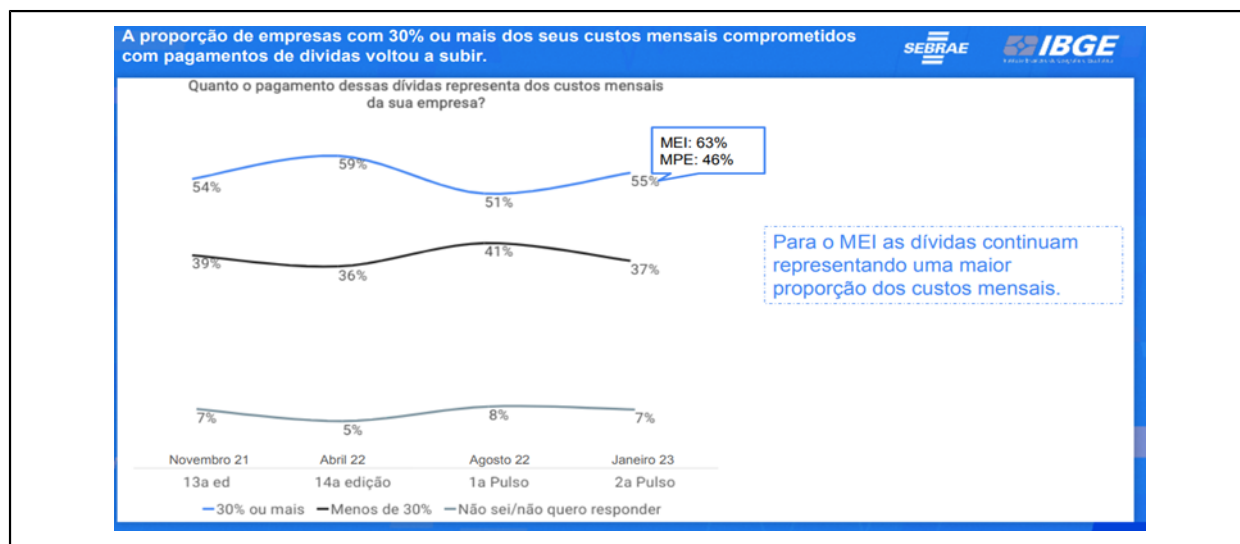
Data	27309 - Saldo de crédito de pessoa jurídica do tipo microempreendedor Individual (MEI - PJ) - R\$ (milhões)	26736 - Taxa de inadimplência - MEI PJ - %	26941 - Saldo de crédito do MEI pessoa física - R\$ (milhões)	27067 - Taxa de inadimplência do MEI pessoa física por faixa de renda - Total - %
1º Trím.2016	4.493,10	19,3	62.783,70	8
2º Trím.2016	4.461,60	18,8	64.467,70	8
3º Trím.2016	4.333,00	18,8	64.590,90	8
4º Trím.2016	4.190,90	18,4	65.108,30	7,6
1º Trím.2017	4.102,70	16,9	65.246,60	7,4
2º Trím.2017	4.104,10	15,2	65.737,70	7
3º Trím.2017	4.185,80	13,7	66.639,30	6,8
4º Trím.2017	4.323,40	12,6	67.974,00	6,3
1º Trím.2018	4.547,90	11,6	68.725,40	6,3
2º Trím.2018	4.840,20	10,7	70.426,90	6
3º Trím.2018	5.138,80	10,4	72.129,40	5,8
4º Trím.2018	5.522,40	9,6	75.101,30	5,4
1º Trím.2019	5.976,80	8,5	70.678,00	5,4
2º Trím.2019	6.661,10	8,1	73.144,40	5,3
3º Trím.2019	7.366,30	8,2	75.832,40	5,5
4º Trím.2019	8.033,30	8,5	79.069,70	5,5
1º Trím.2020	8.674,80	9	80.311,30	6,3
2º Trím.2020	9.071,20	8	80.271,90	5,6
3º Trím.2020	10.584,80	5,6	83.239,50	4,7
4º Trím.2020	11.845,80	5,8	87.741,00	4,4
1º Trím.2021	12.666,30	6,7	89.615,40	4,4
2º Trím.2021	13.511,60	6,7	95.139,50	4,3
3º Trím.2021	15.412,10	6,2	101.279,00	4,2
4º Trím.2021	16.338,00	6,6	107.954,50	4,3
1º Trím.2022	17.228,30	6,7	112.242,70	4,9
2º Trím.2022	17.973,50	7,3	117.409,40	5,1
3º Trím.2022	20.041,60	7,6	122.508,40	5,6
4º Trím.2022	20.859,30	8,5	127.299,80	5,9
Fonte	BCB-Depef			

É impossível fechar os olhos para estes números, são exorbitantes. É certo que a proposição prestigiou o MEI e as MPE na condição de credores. Mas isso é insuficiente. Estamos tratando de uso do fundo garantidor do PRONAMPE, destinado para o pequeno empreendimento que contrata operação de crédito dentro deste programa. É preciso equalizar os efeitos de seu uso a favor de quem sim precisa de um tratamento diferenciado e favorecido.



De acordo com a 2ª edição da pesquisa **Pulso dos Pequenos Negócios**, realizada pelo Sebrae em parceria com o IBGE (vide <https://agenciasebrae.com.br/wp-content/uploads/2023/03/pulso-dos-peq-neg-2a-edicao-v6.pdf>), a proporção de empresas com dívidas em aberto passou de 24% em agosto de 2022 para 27% em janeiro de 2023 do universo das MPE.

Ainda de acordo com o levantamento, a situação atinge de forma mais grave os Microempreendedores Individuais (MEI). Cerca de 63% desses empreendedores têm 30% ou mais dos seus custos mensais comprometidos com pagamentos de dívidas. Na média, 55% das MPE se encontram nessa situação. Esse resultado representa um crescimento de 4 pontos percentuais em comparação com o número identificado em agosto do ano passado.



Ante aos números, é certo que, além das pessoas físicas, as micro e pequenas empresas, e também os MEI – mais de 21 milhões empresas do segmento no país – tendem a sentir mais as conjunturas econômicas atuais, como a alta taxa de juros e inflação, carecendo, portanto, que o Programa Desenrola seja, igualmente, estendido ao amplo público de pessoas jurídicas que movimentam a economia brasileira e os empregos nacionais.

Desta feita, parece-nos oportuna a emenda apresentada, merecendo seu acolhimento.



Sala da comissão, de de .

Senador Rodrigo Cunha

